

CONSCIÊNCIA COLETIVA EM DURKHEIM COMO FATO SOCIAL DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA:

interfaces com a legitimidade política em Maquiavel, representação em Hobbes e sistema político em Mosca, Pareto, Dahl e Bobbio.

Alysson Hubner¹

RESUMO: A noção de consciência coletiva é extremamente heterogênea nos seus usos nas ciências sociais. O presente artigo procura analisar o conceito de consciência coletiva em Durkheim, mostrando como a representação política em Maquiavel e Hobbes pode estar inserida em sua esfera, garantindo coesão social. Quando o contrário é observado, a inobservância da representação política na consciência coletiva, a sociedade a partir do que Mosca denomina de *fórmula política*, entra em estado do que Durkheim denomina de *anomia*. Isto gera uma crise política, que permite, por sua vez, a emergência de um novo *modus operandi* de representação de democracia que Bobbio analisa, que passa a se estabelecer novamente na consciência coletiva, em um movimento que se transforma, mas, ao mesmo tempo, se reproduz como fato social. Faz-se uso da metodologia de revisão bibliográfica. Uma das inferências do artigo é que elites políticas cumprem uma determinada função e são um fato social não antagônico a democracia, mas, pelo contrário, garantindo que a consciência coletiva ganhe coesão, representando demandas da sociedade civil que, ao se transformar, estabelece uma rotatividade das elites no poder.

PALAVRAS-CHAVE: consciência coletiva; elites; autor; ator e legitimidade.

ABSTRACT: The notion of collective consciousness is extremely heterogeneous in its uses in the social sciences. The present article seeks to analyze the concept of collective consciousness in Durkheim, showing how political representation in Machiavelli and Hobbes can be inserted in its sphere, guaranteeing social cohesion. When the contrary is observed, the nonobservance of political representation in the collective consciousness, society from what Mosca calls the political formula, enters into a state of what Durkheim calls anomie. This generates a political crisis that in turn allows the emergence of a new *modus operandi* of representation of democracy that Bobbio analyzes that begins to establish itself again in the collective consciousness, in a movement that transforms, but at the same time reproduces itself as fact Social. The bibliographic review methodology is used. One of the inferences of the article is that political elites fulfill a certain function and are a social fact, not antagonistic to democracy, but on the contrary, ensuring that the collective consciousness gains cohesion, representing demands of the civil society that, when transforming, establishes a rotation of the elites not in power.

KEYWORDS: collective consciousness; elites; author; actor and legitimacy.

¹ Possui graduação em Ciências Políticas e Sociais pelo Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (2004) e mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, atuando principalmente no seguinte tema: globalização, construção social e percepção.

INTRODUÇÃO

Este artigo procura estabelecer conexão entre a consciência coletiva e as diferentes noções e conceitos das ciências sociais. Os diferentes conceitos e noções cunhados pelos autores, que estão incluídos na esfera do que Durkheim (1995) denomina de “consciência coletiva”. Assim, o artigo analisa a consciência coletiva nas noções de representação de Autor e Ator, de Thomas Hobbes, da legitimidade, em Nicolau Maquiavel, da teoria das elites, em Gaetano Mosca, e, da democracia, em Norberto Bobbio e Robert Dahl. Podemos inferir que é impossível observar as elites políticas, desconexas da consciência coletiva presentes na sociedade. Pelo contrário, mudanças sociais políticas constituem-se como uma rotatividade de elites enquanto um fato social, pois a sociedade coage determinadas elites para determinadas demandas. Como pode ser observado: “... aristocracias não duram, mas se renovam continuamente. Temos assim um fenômeno que se poderia chamar de circulação das elites” (Pareto, 1984, p.71). Sua perpetuação mais extensa no tempo e no espaço pode ser vista em parte como não sendo odiadas, conforme Maquiavel (2008) observa, assim como os Autores se enxergando nos Atores de acordo com Hobbes (2001). Estas exigências seguem em uma sociedade democrática de acordo com Dahl (2009), permite a sua contestação, mas, ao mesmo, tempo exige a pluralidade de elites, pois, de acordo com Bobbio (2009), a existência de várias elites garante o estatuto de democracia a uma determinada sociedade, já que, se existe somente uma elite, inexistente democracia, sendo duas elites a condição mínima para observação de um mínimo de democracia (idem).

CONSCIÊNCIA COLETIVA ABARCANDO REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE POLÍTICA

Conforme Durkheim (1995), a divisão social do trabalho na solidariedade orgânica gera um aumento da interdependência entre os indivíduos, permitindo que a consciência individual passe a ganhar um maior espaço que outrora. Esta característica da modernidade não dissipa a consciência coletiva, pelo contrário, é por meio dela que os indivíduos passam a estabelecer conexão e inteligibilidade. É por isso que o autor afirma que podemos separar consciência individual e coletiva somente em termos teóricos, pois, na prática, estão juntas. A consciência coletiva é o conjunto de sentimentos e crenças comuns aos membros de uma mesma sociedade (Durkheim, 1995), enquanto que a consciência individual é o lado

peculiar dos indivíduos que marca a sua subjetividade de maneira específica, no sentido da singularidade que marca. Neste conjunto de sentimentos e crenças comuns aos membros de uma mesma sociedade, estão presentes e inseridos representações políticas, que podemos denominar como inerentes aos sistemas sociais modernos, aos quais a representação em Hobbes e o estabelecimento da legitimidade em Maquiavel estão presentes.

Para Maquiavel (2008), a política se caracteriza pela conquista e manutenção do poder político, existindo uma correlação entre virtude e fortuna, sendo considerados meios para se atingir o poder, e, quando o Príncipe se utiliza da virtude, existe uma maior facilidade em se manter no poder, pois a virtude consiste nos méritos próprios, enquanto que a fortuna é a sorte, que, quando utilizada para se chegar ao poder, existe uma maior dificuldade em manter-se do poder. *“Machiavelli is not actively representing the world; he is creating representations of the world. He is not speaking; the facts are speaking through him”*²(Brown, 2009, p.27). Assim, Maquiavel descreve leis, que, como os fatos sociais que Durkheim (2001) trata, estão sedimentados nas consciências coletivas, pois são exteriores aos sujeitos, uma vez que os indivíduos nascem, vivem e morrem, mas a sociedade permanece. Transcendendo os indivíduos, a virtude e a fortuna podem ser considerados elementos que explicam a estabilidade ou instabilidade política em sua legitimidade. São fatos sociais também porque são gerais, pois Maquiavel demonstra a sua aplicação em contextos diversos, também podendo ser considerado coercitivo (terceira característica dos fatos sociais), pois os Príncipes para se manterem no poder, não possuem outra opção, pois a virtude se impõem às consciências individuais.

Para Hobbes (2002), os Autores e Atores estabelecem um Contrato Social, em que a Pessoa Natural, cujas palavras pertencem a ela, podem ser entendidos como a sociedade civil. Já os Atores que representam os Autores consistem nos políticos como pessoas fictícias, criadas pelos Autores com o intuito de sair do Estado de natureza. A consciência coletiva de Durkheim, como um contrato social em Hobbes, pode ser compreendida como uma consonância entre Ator e Autor, pois os Atores se percebem representados nos Autores. *“Hobbes offers a powerful formulation of the juridical view of representation central to liberal theories of representative government.”* (Brown:2009, p.122). A representatividade política a qual se refere Hobbes só é suscetível em uma consciência coletiva partilhada de maneira coesa. Uma crise política pode ser vista como o enfraquecimento dos elementos comuns

² Tradução própria: Maquiavel não está representando ativamente o mundo; ele está criando representações do mundo. Ele não está explicando, os fatos estão explicando através dele.

aos membros de uma mesma sociedade (consciência coletiva), pois quando não são mais comuns, o sistema se dissipa e emerge outro capaz de garantir a coesão. A legitimidade do poder para Maquiavel também está presente na consciência coletiva dos indivíduos, uma vez que conquistar e se manter no poder torna-se suscetível somente quando compartilhado em termos de legitimidade - elemento chave para coesão política sedimentada nas consciências dos indivíduos.

Nesta mesma consciência coletiva a que Durkheim se refere, está presente o que Mosca (1975) denomina de *fórmula política*, que consiste na “fidelidade tradicional a uma dinastia ou a confiança num indivíduo dotado, em aparência ou na realidade, de qualidades extraordinárias”. (Mosca, 1975, p.308). Estas qualidades extraordinárias também se referem ao que Weber (2003) classifica como *dominação carismática*, que são atributos excepcionais que os séquitos e a sociedade civil atribuem ao outro. Neste caso, a quem detém o poder político. A modificação política ocorre na maturidade política de cada consciência coletiva, que, neste caso, “...quando uma fórmula política acha-se de qualquer maneira ultrapassada... está aí o sinal que indica a iminência de sérias transformações na classe política dirigente.” (Mosca, 1975, p.308). Assim, o dinamismo da fórmula política contido na consciência coletiva leva a uma transformação e a um estabelecimento de um novo sistema político pautado na legitimidade. Isto ocorre na passagem da solidariedade mecânica para a orgânica (Durkheim, 1995), que consiste na passagem de um sistema tradicional para um sistema moderno. Neste sistema moderno, prevalece a dominação racional-legal (Weber,2003), que está baseado e legitimado na impessoalidade vinculado à burocracia. Isto está relacionado à fórmula política que tem como sistema específico o sistema burocrático, cuja “soberania é confiado a um corpo especial de funcionários que recebem as diretrizes do poder central” (Mosca, 1975, p.310). Tanto Weber, quanto Mosca observam a emergência de um novo sistema que se transforma sistematicamente, sedimentado na consciência coletiva dos indivíduos. Podemos estabelecer, portanto, uma interface entre consciência coletiva, em Durkheim, e fórmula política, em Mosca.

Também é possível conectar uma funcionalidade neste sistema: “dominação mais pura dentro do quadro administrativo: do ‘funcionalismo’, ou seja, da ‘burocracia’”(Weber:2003, p.143). Assim, a sociologia compreensiva de Max Weber observa, na burocracia, um sistema *funcionalista*. Durkheim (2001) está observando a sociedade a partir da perspectiva do funcionalismo: “A estrutura política de uma sociedade não é mais o modo pelo qual os diferentes segmentos que a compõem tomaram o hábito de viver uns com os outros” (Durkheim, 2001, p.10). Assim, a forma pela qual as instituições

estão vinculadas, a partir de um sistema político, cuja burocracia prevalece nas sociedades modernas, portanto, na solidariedade orgânica (Durkheim, 1995), explica como as partes estão articuladas entre si, de tal modo que a coesão social do sistema político garante uma determinada forma de existir de se estabelecer na sociedade.

Podemos observar como a exacerbação da consciência individual, como um estado de anomia. A anomia surge conforme Durkheim (1995; 2000), quando o corpo social adocece, quando a sociedade encontra-se em uma disfunção, pois as regras já não estabelecem solidariedade, uma vez que estão ausentes. A ausência de regras na concepção de Durkheim pode ser vista como similar ao Estado de natureza em Hobbes. Apenas similar porque já existe um sistema político operando nos indivíduos em suas consciências, mas os momentos históricos de passagens revolucionárias, como o caso da solidariedade mecânica para orgânica (que é a passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas), torna os indivíduos mais suscetíveis ao suicídio anômico.

O suicídio egoísta está relacionado ao extremo individualismo no sentido de que qualquer regra social para o indivíduo não faz sentido para produzir relação social (Durkheim, 2000). A consciência coletiva (Durkheim, 1995), sob este aspecto, pode ser observada como sendo extremamente fraca ao contrário da consciência individual, que ganha poder nesta desconexão do indivíduo com a sociedade. Podemos estabelecer uma analogia com Hobbes (2002), no sentido que se aproxima de uma espécie de Estado de Natureza, na medida em que os indivíduos não possuem mais uma referência social. No caso do suicídio anômico (Durkheim, 2000), os indivíduos estão em uma fase transitória, onde muito não suportam e acabam cometendo um ato de morte voluntária, cuja sociedade está predisposta a oferecer. A analogia do suicídio egoísta para com o Estado de Natureza de Hobbes, também possui sentido, por estabelecer o valor da vida como algo inalcançável, pois, conforme Hobbes (2002), inexistente a possibilidade de o sujeito viver o quanto poderia, pois se atacam mutuamente, sendo um estado de guerra de todos contra todos. A emergência do Estado, tanto em Durkheim como em Hobbes, procura resolver este problema, inserindo a vida como valor supremo a ser resguardado pela representação política. Assim, existe Estado em ambos autores para garantir a vida.

O suicídio altruísta (Durkheim, 2000) pode ser visto como uma representação política exacerbada, em que o Autor no sentido de Hobbes (2002), praticamente não possui subjetividade, sendo completamente aniquilado pelo Ator, em uma inversão do contrato social, pois o Ator atua completamente no Autor. O indivíduo, conforme Durkheim (2000), não se pertence, mas a sociedade está atuando de maneira completa no indivíduo,

podendo ser considerado a exacerbação da consciência coletiva, praticamente inexistindo a consciência individual. Praticamente, o aniquilamento da consciência individual, com a consciência coletiva ocupando quase que toda consciência do indivíduo, possui como consequência a sociedade tomar o indivíduo por completo, sendo ele apenas um instrumento a serviço da sociedade, cujo elemento da vida, pode chegar a estar a segundo plano, pois o indivíduo se suicida pela sociedade.

A legitimidade política em Maquiavel (2008) também está atrelada a situação de ser amado ou temido. Como são preferíveis as duas coisas ao mesmo tempo, mas sendo muito difícil que isso ocorra, quando for para escolher, o Príncipe escolhe ser temido, pois os homens traem com maior facilidade àqueles que amam. O suicídio altruísta pode ser visto em uma representação política do medo no sentido de Maquiavel, pois não atuar de modo a não retirar a própria vida em determinadas sociedades leva os indivíduos a penas severas do Príncipe, sendo possível que o medo de atuar de outro modo, bem como as sanções políticas, levam a um modo específico de suicídio altruísta. Assim: “o Estado também tem funções importantes a cumprir. Só ele pode opor o particularismo de cada corporação o sentimento da utilidade geral e as necessidades do equilíbrio orgânico”. (Durkheim, 2000, p.503). Neste sentido, o autor desenvolve os remédios necessários para combater o suicídio, cujas funções podem ser desempenhadas pelo Estado, que procura cumprir a função de reestabelecer as conexões de interdependência de maneira harmônica e coesa.

Para Maquiavel (2008), o Príncipe precisa evitar a qualquer custo ser odiado. Este valor sedimentado na consciência coletiva da sociedade (Durkheim, 1995) leva a desestabilização política, emergindo como consequência, uma nova forma política, uma vez que a legitimidade é o que garante o exercício do poder. Se existe um conjunto de sentimentos de ódio, partilhados entre os indivíduos da sociedade civil, manter-se no poder é extremamente difícil, cuja função social é destituir o poder político, instituindo uma nova forma de exercício da política representativa. Dessa maneira, um novo pacto social passa a ser estabelecido. Isso significa que há uma reciprocidade na relação política: “*Hobbes explains that the sovereign is leable to certain ‘Natural Punishments’*”. (Brown, 2009, p.123). Esta situação não leva a representação política a um sistema arbitrário, pois o Soberano possui obrigações para com os Súditos, dentre os quais, podemos citar novamente a questão da vida, que migra para o núcleo mais central da representação política, sendo partilhado como uma consciência coletiva que coaduna sociedade civil e Estado.

Estas conexões de obrigações mútuas criam um sistema liberal que opera da base ao vértice: “A principal característica do sistema liberal consiste no fato de que a

transmissão dos poderes é feita de baixo para cima”. (Mosca, 1975, p.312). O valor liberal inculcado na consciência coletiva, nas sociedades modernas, a que Durkheim denomina de solidariedade orgânica, está mais suscetível à participação política social mais ampla, dentro de um paradoxo apontado por Bobbio (2009). As democracias, visto que falamos de democracia quando falamos de liberalismo aqui, estão associadas (Bobbio, 1997) e partem do pressuposto que todos podem participar. Assim, como poucos tomam a decisão (na medida em que os problemas políticos contemporâneos são de alta complexidade, emergindo os tecnocratas como classe social nesta conjuntura), isto cria um choque entre sistema vertical e horizontal de pensamento (Bobbio, 2009), pois, na democracia, que é o sistema horizontal de conhecimento, todos podem falar, já, na tecnocracia, sistema vertical de conhecimento, poucos podem falar. A questão é saber se isso é baseado na especificidade da complexidade da democracia ou se sempre existiu, como podemos observar na teoria das elites. Assim: ... “elite existe em todas as sociedades e as governa, mesmo quando o regime é, em aparência, aquele mais próximo a democracia.” (Pareto, 1984,p.71). A resposta pode residir na existência das elites como inerentes às sociedades, bem como no seu poder aumentando, a partir da complexificação das relações sociais, na emergência de especialistas e nos sistemas peritos que sejam capazes de sanar os problemas sociais existentes.

A teoria das elites, conforme Bobbio (1997), consiste em observar que em todas as sociedades sempre existiram elites comandando a sociedade. A premissa consiste: “é ponto de partida fundamental para a teoria das elites: a constatação de uma lei histórica inescapável que divide os homens em governantes e governados” (Perissinotto, 2009, p.25). Esta divisão é observada no decorrer de toda história política. Como Bobbio (2009) observa, não é a ausência de elites que caracteriza uma democracia real, mas o contrário, a presença de muitas, o que equivale a dizer que tanto mais elites o eleitor tiver como possibilidade de escolha, mais democrática a sociedade. Este é também um método aplicado como verificação que passa “ a concentrar a atenção dos pensadores sobre a formação e a organização da classe dirigente a que chamamos geralmente na Itália *classe política dirigente* (classe política)” (Mosca, 1975, p.307). Esta classe de dirigentes constitui uma elite política, que sempre esteve e está presente sistematicamente na consciência coletiva política dos indivíduos, criando um sistema de interdependência mútua, em que os soberanos exercem poder sobre os súditos, na medida em que há uma legitimidade social que permite este exercício. Entendendo e partindo da premissa do funcionalismo de Durkheim (2001), cabe observar que a função das elites é uma, que consiste em: “...a elite

aristocrática se outorga a função de proteger os valores sociais e também de produzir novos valores que preservem a identidade das elites” (Martinez:1997, p.11). Reprodução e produção de valores políticos vinculados à consciência coletiva (Durkheim, 1995) podem ser compreendidos como uma das funções que as elites políticas desempenham nas sociedades modernas, nas quais imperam vínculos heterogêneos próprios da solidariedade orgânica.

O próprio teórico da democracia contemporânea comenta que: “Alguém, por exemplo, poderia compartilhar a opinião daqueles que argumentam, como Gaetano Mosca, que no fim das contas todo regime é dominado por uma minoria governante.” (Dahl, 2015, p.39). Nesta perspectiva, a clássica formulação das tipologias de governo passa a ser revista, ressignificadas em um modelo relativamente diferente. As oligarquias e as aristocracias (como minorias no poder político) são mais adequadas para perceber o sistema político real, em contraponto com o sistema ideal. No que Bobbio (2009) denomina de democracia ideal, que é formulada pelos filósofos políticos, as elites estão fora da democracia, enquanto que, na democracia real, jamais estiveram ausentes, sendo mais adequado observar uma rotatividade do poder político entre as elites. A eliminação de elites como proposta da democracia se constitui em uma utopia, pois a democracia real observa uma minoria na governabilidade democrática, sendo fundamentais o seu exercício na efetiva política substantiva, em contraponto com a democracia formal.

A minoria é autorizada pela maioria: “A classe política, é, portanto, uma *minoria organizada*, termo frequentemente utilizado por Mosca” (Perissinotto, 2009, p.26). Somente uma coesão social sedimentada na consciência coletiva de determinada sociedade (Durkheim, 1995, 200, 2001,) pode conceder legitimidade a uma minoria organizada. Esta última constitui o que podemos denominar de elites. Assim, a sociedade sempre está vinculada funcionalmente a elites políticas, que sejam capazes de atender a determinadas demandas, que sempre estão variando de acordo com o tempo e com o espaço no qual estão inseridos. A classe política é vista como uma subespécie de poder, pois “Mosca caracterizou a classe política como uma subespécie da classe dirigente, à qual pertenciam também os dirigentes econômicos, sociais, religiosos, militares, etc.” (Martinez, 1997, p.11). Essa inferência correlaciona de que modo as diferentes formas de poder, passam a estar associadas, pois os dirigentes econômicos, sociais, religiosos e militares, conforme observados como elites, estão justapostos nestes campos de poder. Se Bourdieu (2014) analisa o Estado como uma visão de um grupo que detém o monopólio legítimo da violência simbólica, pois os campos possuem uma relativa autonomia, nesta perspectiva da teoria

das elites, os diferentes campos estão em conexão na prática, já que as elites estão em situação intercambiáveis.

A continuidade das elites no poder está relacionada à sua responsividade democrática: “democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais.” (Dahl, 2015, p.25). Esses elementos contidos nas elites somente são legitimados se atenderem a responsividade, que consiste em formular preferências, por meio de ação individual ou coletiva, observando a equidade sem discriminação no seu conteúdo (Idem). A responsividade pode ser vista como fato social, que está intimamente vinculado a uma consciência coletiva democrática, que por sua vez é o que Hobbes (2001), de acordo com Brown (2009) denomina de “punições naturais”. Caso essas demandas não sejam atendidas, existem consequências. Em sociedades democráticas, podemos denominar de poliarquia, pois “poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (Dahl, 2015, p.31). O sistema estar aberto à contestação pública garante a caracterização de democracia neste sistema proposto pelo autor. É exatamente o conteúdo relativo à contestação pública, que está inserido na consciência coletiva de determinada sociedade, que permite observar continuidade ou descontinuidade das elites no poder político. As poliarquias são sistemas políticos que estão vinculados a uma tipificação, no sentido que Weber (2003) denomina de tipo ideal, pois é uma construção teórica que dificilmente é encontrada em seu tipo puro na realidade, na sua plenitude, servindo como modelo teórico, para estabelecer o quanto a esfera empírica se coaduna a ela. Existe uma série de outras dimensões na sua caracterização, dentre as quais podemos destacar “liberdade de expressão” que está contida na oportunidade de “I. Formular preferências, II. Expressar preferências e III. Ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo (Dahl, 2015). A contestação e a liberdade de expressão podem ser consideradas praticamente como sinônimos ou uma sendo condição para a outra.

Uma minoria (Mosca, 1975) como Autor (Hobbes, 2001) pode explicar a atitude de um soldado, pois: “O soldado que corre ao encontro de uma morte certa para salvar seu regimento não quer morrer, no entanto não é ele autor da própria morte...” (Durkheim, 2000, p.13). Este modelo de altruísmo exacerbado implica em condições que são explicadas, tanto pelas elites, como pela sociedade civil, pois não podem ser vistas como separadas. Neste caso, também as elites podem ser observadas como fatos sociais. Os fatos sociais são gerais, externos e coercitivos (Durkheim, 2000) (como visto anteriormente na interface com Maquiavel). São gerais, porque, como mostra Mosca (1975), todas as sociedades

possuíram elites políticas. São externos, porque, conforme Perissinotto (2009), transcende aos indivíduos, estando presente em diferentes gerações, pois, quando os sujeitos não estão mais vivos, o sistema político elitista continua se perpetuando. São externos também, porque mesmo nas trocas de governos, a sociedade coage as elites a representar determinadas regras impostas pela sociedade. Podemos inferir que as elites cumprem uma função na sociedade, analisando segundo as ideias de Durkheim. A função de representar os Autores (Hobbes, 2001), de ter legitimidade não oprimindo demasiadamente à sociedade para não “odiar” o soberano (Maquiavel, 2008), e, exigindo a presença de mais de uma elite, pois, o mínimo de democracia exige fundamentalmente duas elites para escolha (Bobbio, 2009). Isto também está presente na teoria das elites que considera elite como:...”conjunto de qualidades que favorecem a prosperidade e a dominação de uma classe na sociedade, temos o que chamaremos simplesmente de elites” (Pareto, 1984, p.71). A inferência funcionalista da perspectiva de Pareto consiste em observar as elites como elemento de prosperidade social, garantindo maior solidariedade entre as diferentes partes que compõem as relações de interdependências, bem como uma coesão social que garanta estabilidade no funcionamento salutar da sociedade.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que é possível observar os diferentes conceitos e noções das ciências sociais, inseridos na consciência coletiva. A estabilidade de um poder político sempre está baseada no conteúdo específico de cada consciência coletiva, em cada contexto localizado no tempo e no espaço. Se os Autores não se enxergam nos Atores (Hobbes, 2001), inexistente representação e o sistema entra em colapso. Caso o Príncipe seja odiado, o sistema também perece. Mesmo havendo elites no poder (Mosca, 1995), não são completamente autônomas, pelo contrário, pois dependem da legitimidade social, que confere a estabilidade de determinada elite no poder. Entretanto, quando a consciência coletiva ganha novas características, as elites passam a ser alteradas, pois é impossível separar o poder político da sociedade civil, ou seja, a consciência coletiva está relacionada a diferentes modelos de política em cada sociedade. Esta é uma coerção social explicada por Durkheim (2001), que exige neste caso, uma nova classe política que Mosca (1975) observa, estando mais suscetível às poliarquias mencionadas por Dahl (2009).

REFERENCIAL TEÓRICO

- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Paz e Terra: São Paulo, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Editora UNB: Brasília, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. Companhia das Letras: São Paulo, 2014.
- BROWN, Mark. **Science in Democracy**. Expertise, Institutions, and Representations. MIT Press: Cambridge, Massachusetts, 2009.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia**. Edusp: São Paulo, 2009.
- DURKHEIM, Emile. **Da Divisão Social do Trabalho**. Martins Fontes: São Paulo, 1995.
- DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. Editora Nacional: São Paulo, 2001.
- DURKHEIM, **O Suicídio**. Martins Fontes: São Paulo, 2000.
- HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. Martin Claret: São Paulo, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Agir: Rio de Janeiro, 2008.
- MARTINEZ, Paulo. **A Teoria das Elites**. Editora Scipione: São Paulo, 1997.
- MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. **História das Doutrinas Políticas**. Zahar: Rio de Janeiro, 1975.
- PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. Volume 1. Editora Abril cultural: São Paulo, 1986.
- PERISSINOTO, Renato. **As Elites Políticas: questões de teoria e método**. IBPEX: Curitiba, 2009.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Unb: Brasília, 2003.